

Desenvolvimentismo e intervencionismo militar

Ligia Osório Silva¹

A participação dos militares na história política brasileira remonta à Proclamação da República e tem sido analisada de diversos ângulos. Considerada por alguns como uma força tutelar, por outros como um poder moderador, ou ainda vista como um instrumento dos poderes constituídos, suas ações, por vezes decisivas têm sido objeto de intenso debate na historiografia². As dificuldades em estabelecer um padrão para o comportamento das forças armadas em diferentes períodos históricos são notórias. Como exemplo das dificuldades encontradas pode-se mencionar que em três anos, de 1961 a 1964 tivemos ações militares com finalidades e resultados opostos: do bloqueio à intervenção militar em 1961 ao sucesso do golpe de 1964. Sobre esses e outros pontos da problemática militar vista do ângulo da intervenção na política existem importantes contribuições na bibliografia especializada que servem de inspiração a nossa abordagem, dentre os quais destacamos *A Conquista do Estado* de René Armand Dreifuss. Conquanto no período que pretendemos abordar neste trabalho (1945-1964) essa questão seja incontornável, o aspecto que nos interessa enfatizar é o envolvimento dos militares com o debate sobre o modelo econômico de desenvolvimento a ser implementado. A partir do momento em que a agenda dos oficiais militares incluiu o objetivo de criar as bases econômicas da defesa nacional através do desenvolvimento industrial, facções se organizaram dentro das forças armadas e se articularam com setores da sociedade civil, disputando ao longo do percurso a imposição de um modelo de desenvolvimento; o resultado final, mas não necessariamente perseguido desse envolvimento foi o movimento civil-militar de 1964 e seu corolário: uma ditadura militar sem precedentes.

O envolvimento das forças armadas com a questão do desenvolvimento nas “novas nações” foi, até certo ponto, analisada por Morris Janowitz.³ Na América Latina, em geral, e no caso brasileiro em particular, esse envolvimento esteve associado à situação de atraso econômico. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil permanecia como país exportador de produtos primários quando no centro da economia mundial a Segunda Revolução Industrial

¹ Coordenadora do Núcleo de Estudos Estratégicos e Professora do Instituto de Economia da Unicamp.

² Sobre o primeiro caso ver W.P. Costa, J.Q. de Moraes e E.R. de Oliveira, *A Tutela Militar*, São Paulo, Vértice, 1987; sobre o segundo, Alfred Stepan, *Brasil: los militares y la política*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970; sobre o terceiro, Kardec Lemme e Joaquim Inácio Cardoso, *O Comportamento das Forças Armadas*, Rio de Janeiro, mimeo, 1985.

³ Morris Janowitz, *The military in the political development of New Nations: an essay in comparative analysis*, Chicago, Univ. of Chicago, 1964.

aprofundava as conseqüências da ação transformadora da nova economia. Como argumentou Gerschenkron, os processos de industrialização, quando se iniciam nos países atrasados apresentam diferenças consideráveis com o caso paradigma da revolução industrial, o caso inglês. As diferenças se fizeram sentir não apenas no ritmo do crescimento industrial, mas também nas estruturas de produção e na organização da indústria. Em parte isso se deveu à aplicação de novos instrumentos institucionais. Em particular, muito já foi dito sobre a ação – mais intensa – do Estado na Alemanha, por exemplo, se comparada com a Grã Bretanha. Mas uma das mais importantes diferenças assinaladas por Gerschenkron diz respeito ao clima intelectual no qual a industrialização tem lugar, seu “espírito” ou sua ideologia⁴. Para conseguir romper as barreiras das sociedades tradicionais e para inflamar a imaginação dos homens, fazendo com que pusessem suas energias a serviço do desenvolvimento econômico, foi necessário mais do que a promessa de uma melhor distribuição de recursos, ou a diminuição do preço dos alimentos. Na pioneira Inglaterra, como se sabe, não foi preciso um reforço idealista para os argumentos racionais em favor da industrialização. Mas num país em enorme descompasso com os avanços industriais, como o Brasil em meados do século XX, foi preciso um grande esforço para levar a adiante a industrialização: precisou-se de apoios institucionais e de uma forte sustentação ideológica. As forças armadas enquanto integrantes do aparelho estatal e treinadas na doutrina da Ordem e do Progresso ocupavam uma posição privilegiada para influir em ambos os processos.

Um outro aspecto a ser destacado no envolvimento dos militares com o desenvolvimentismo diz respeito às características da própria profissão militar, cuja prática rotineira obrigava a constatar a fraqueza da indústria nacional e o reflexo dessa debilidade na eficiência e independência da corporação, justamente quando duas guerras mundiais marcadas pelos avanços da indústria bélica vieram demonstrar a relação cada vez mais necessária entre tecnologia e estratégia militar. Essas circunstâncias estiveram na base do desenvolvimento de uma consciência industrialista no meio militar.

Apesar do caráter nacional das forças armadas em associação com o aspecto técnico da formação da oficialidade fazer da corporação um veículo privilegiado para assumir, enquanto instituição, um posto avançado na defesa da industrialização, a participação ativa dos militares pela implementação de um modelo de desenvolvimento tem sua própria história. Antes de 1930⁵,

⁴ A. Gerschenkron, *El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica*, Barcelona, Ariel, 1968, Cap. I, pp.15-38. No caso da França de Napoleão III, esse clima ideológico a favor da industrialização foi criado em parte pela influência das idéias de Saint-Simon, que penetraram muito além do grupo de referência original e influenciaram figuras como Isaac Pereire, o famoso banqueiro da Terceira República e criador do *Crédit Mobilier*.

⁵ Segundo J.Q. de Moraes, o que caracterizava o comportamento das forças armadas face ao poder civil durante a Primeira República era, de um lado a falta de unidade frente aos conflitos entre frações e setores da classe

os interesses industriais ainda não tinham alcançado uma magnitude e uma independência em relação aos setores tradicionais da República Velha que levassem à luta pela implementação de uma política voltada prioritariamente para o desenvolvimento industrial. No período, as divergências entre a oficialidade jovem do Exército e o sistema oligárquico da Primeira República apesar de profundas como aparece de forma bem estabelecida na bibliografia sobre o *tenentismo*, não extrapolava o campo político como se pode comprovar no completo desinteresse que demonstraram em relação à instalação de uma indústria siderúrgica, assunto altamente polêmico nos anos 1920⁶.

Nos anos subseqüentes à revolução de 1930, em cuja eclosão os militares estiveram envolvidos, a centralização do poder político e da máquina estatal que, ao lado do intervencionismo econômico e da legislação social, caracterizaram a “modernização conservadora” foram criadas as condições para que as forças armadas se transformassem em um fator decisivo na evolução das instituições nacionais. Mas até isso acontecer a corporação foi sacudida pela formação de facções políticas no seu interior (comunistas e integralistas⁷) cujas ações políticas chegaram a ameaçar a ordem estabelecida. Para debelá-las e tornar-se chefe de um governo forte, Vargas precisou buscar apoio nas diversas categorias sociais, e contar com a sustentação das forças armadas expurgadas e recompostas em torno de um núcleo burocrático, “apolítico” e profissional, tendo como figura central o general Góis Monteiro.

A sustentação dada à ditadura Vargas favoreceu ainda mais o aprofundamento do processo de reforma nas forças armadas que aumentaria sua coesão interna e inauguraria a estreita vinculação entre os objetivos estritamente militares e o processo de industrialização brasileira. Com efeito, ter um posicionamento a respeito da economia foi parte das mudanças introduzidas na instituição durante o Estado Novo, sob a coordenação direta do general Góis Monteiro. Dentre os objetivos introduzidos pela reforma estava (1) sua transformação no instrumento de uma doutrina global da defesa nacional e (2) a criação das bases econômicas da defesa nacional através do desenvolvimento industrial (aí já encontramos o decidido apoio à construção de um parque siderúrgico, indispensável a uma indústria nacional de armamentos).

Um dos aspectos mais interessantes da conjuntura de 45 foi a reviravolta da inserção dos militares na política em meio a uma situação delicada: o aparelho militar acabou, sem grandes

dominante e de outro, sua unidade cada vez que a questão era reprimir as revoltas camponesas (Canudos, 1896-97 e Contestado, 1912-16). *Les militaires et les régimes politiques au Brésil de Deodoro a Figueiredo (1889-1979)*, Paris IEP, tese de doutoramento, 1982, p. 384-385.

⁶ Sobre a questão ver Lígia Osório Silva, “A crise política do Quadriênio Bernardes: repercussões políticas do ‘caso Itabira Iron’” in H. de Lorenzo e W.P. Costa, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, 2ª edição, São Paulo, 1997, p.15-35.

⁷ Sobre a revolta comunista e seu braço militar ver J. Q. de Moraes, *A Esquerda Militar no Brasil, V. II: da Coluna à Comuna*, São Paulo, Siciliano, 1994.

abalos, com um regime político ditatorial que ele havia ajudado a criar e do qual havia participado intensamente; a obra de modernização das forças armadas realizada durante a ditadura foi, no entanto, preservada, e a corporação militar recebeu o reconhecimento da nação pelo seu recém adquirido “caráter democrático”, dada sua participação na luta contra o nazifascismo⁸.

O sentido das reformas na instituição reforçava o interesse corporativo e a especificidade institucional das forças armadas para torná-la imune aos desígnios políticos das frações civis. Mas isso não significava o desinteresse pelas grandes questões nacionais. A criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) que coordenava as atividades das três armas, ambos em 1948 demonstram a consideração com os dois lados da instituição, o profissional e o político⁹. Entretanto, o interesse no aprofundamento da industrialização, por si só já implicava na formação de divisões verticais que atravessaram de alto abaixo a estrutura hierárquica da instituição, polarizada à medida que o tempo passava em torno da escolha de uma via para o desenvolvimento. O debate que ocorria na sociedade como um todo foi trazido para dentro das forças armadas, correspondendo a uma politização dos militares, e não a uma militarização da política¹⁰.

As condições históricas latino-americanas dos anos 1950-60 determinaram no espaço ideológico da consciência militar os termos da polarização: a oposição entre o nacionalismo de esquerda e o liberalismo pró-americano de direita.

O nacionalismo econômico da esquerda militar

A proposição política implícita e explícita na agenda nacional-desenvolvimentista, abraçada por uma parte da oficialidade, era de que a industrialização seria o meio de superar a pobreza ou de reduzir a distância entre os países subdesenvolvidos e os países ricos, e de atingir a independência política e econômica através de um crescimento auto-sustentado¹¹. Em síntese, era preciso aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infra-estrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas. Por outro lado, a ideologia nacionalista proporcionava o objetivo a alcançar – a independência efetiva da nação. E na sua vertente mais a esquerda designava o obstáculo a ser contornado – as ações das nações plenamente

⁸ Embora o cancelamento de um desfile público dos pracinhas retornados indicasse uma insegurança quanto ao conceito dos militares no grande público.

⁹ Os dois organismos foram ligados em 1949.

¹⁰ J.Q. de Moraes, ob. cit., p.422.

¹¹ R. Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p.11.

industrializadas, especialmente os Estados Unidos que preferiam manter o país como fornecedor de matérias primas e produtos primários. Em todos os casos constituía o cimento que unia os efeitos positivos do processo de industrialização ao destino independente da nação¹².

O liberalismo e o conservadorismo que passaram a dominar no imediato pós-guerra (inclusive de cunho marcadamente anti-comunista) a vida política brasileira não enfraqueceram a penetração de algumas idéias aceitas – em grande medida devedoras da experiência dos países desenvolvidos durante a Guerra – como o conceito de planejamento e de “moderada” intervenção estatal, que pouco a pouco tomaram o lugar antes ocupado pelo protecionismo.

O predomínio da ideologia desenvolvimentista estendeu-se de 1945 até 1964, mas a intensidade do papel desempenhado pelo nacionalismo variou no período. Seguindo uma periodização não muito rigorosa para o conjunto da sociedade, pode-se dizer que os anos 1945-55 foram de amadurecimento da corrente desenvolvimentista, sendo que no interior deste intervalo, os anos 1948-52, em razão da Campanha do Petróleo, podem ser considerados o período áureo da penetração da ideologia do nacionalismo econômico no meio militar. O período 1956-1960 (governo Kubitschek) teria visto o auge do modelo desenvolvimentista *tout court* e, finalmente 1961-64 (Governos Jânio e Jango, com o interregno parlamentarista entre os dois) comportaria a crise, uma vez que começavam a aparecer, com importância crescente, outras temáticas que tomariam um lugar de destaque na hierarquia das questões debatidas.

No meio militar, essas fases correspondem ao enfrentamento ideológico de grupos divergentes. Usando a alternância na diretoria do Clube Militar (nacionalistas da chapa “amarela” e “Cruzadistas” da chapa “azul”) como indicador, constatamos a dominância do nacionalismo de esquerda (1948-52), substituída por aquela dos liberais/pró-aliança militar com os Estados Unidos da “Cruzada democrática” (1952-57); a volta do nacionalismo associado ao desenvolvimentismo de centro-esquerda durante o governo Goulart (1957-64) e, finalmente, a rachadura radical da corporação em 1964.

O que caracterizou o “período áureo” do desenvolvimento nacionalista? Em primeiro lugar, a preocupação com o “reaparelhamento econômico” expressão que desde os últimos anos da Segunda Guerra era utilizada para designar a necessidade de ampla reposição de bens de produção na economia brasileira. Vale lembrar que foi no espírito de prover o “reaparelhamento econômico” que em 1947 surgiu a CEPAL, sendo o economista Octávio Gouvêa de Bulhões o

¹² Também convém lembrar, que no mundo da periferia o nacionalismo esteve quase sempre associado a um ideário progressista. Sobretudo porque constituía uma resposta ao colonialismo e ao imperialismo. Já nos países desenvolvidos, o nacionalismo é freqüentemente associado ao chauvinismo, ao racismo e muitas vezes até ao fascismo, em razão principalmente dos desdobramentos históricos do século XX. Historiadores do porte de E. Hobsbawm, entretanto, discordam de que esta seja a única forma possível de nacionalismo no mundo desenvolvido e argumentam a favor de seu potencial progressista. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

delegado brasileiro à Assembléia Geral da ONU que a criou. Em segundo lugar, o debate econômico em torno de duas grandes questões. A primeira delas era a questão do controle de recursos naturais por capitais estrangeiros, objeto de entusiasmada polêmica patrocinada pelos setores nacionalistas das forças armadas; a segunda, empreendida sob a liderança de técnicos e empresários preocupados em atrair o capital estrangeiro, consistia no tratamento que deveria ser dispensado a esse capital. Os nacionalistas faziam restrições à entrada do capital estrangeiro, identificando-o, quando aplicado aos setores de mineração e fornecimento de energia com os interesses antagônicos ao desenvolvimento nacional, isto é, com o imperialismo clássico. Estas posições desdobraram-se em dois debates da época: a) a discussão sobre energia elétrica (a revisão do Código de Águas que incluía a revisão das tarifas, ou seja, a substituição do chamado “custo histórico” pelo “justo valor”) e b) e a questão do petróleo que girava em torno da participação estrangeira na pesquisa, exploração e refino do petróleo. Em ambos os assuntos (mas, sobretudo no segundo) o Clube Militar foi à caixa de ressonância para a posição nacionalista das Forças Armadas¹³.

No período áureo do nacionalismo econômico (1948-52), o Clube Militar e a Campanha Nacional de Defesa do Petróleo (CEDPEN) constituíram um pólo fundamental de apoio ao avanço do projeto desenvolvimentista de cunho marcadamente nacionalista. Com a campanha, cresceu intensamente a ideologia da “emancipação econômica” do país e com ela da industrialização planejada. A *Revista do Clube Militar* transformou-se num órgão de consulta obrigatória, não só para os militares, mas também para os civis interessados na estratégia de desenvolvimento econômico nacional¹⁴. O Clube Militar¹⁵ foi o espaço onde militares nacionalistas, positivistas ou comunistas cerraram fileiras em torno das teses nacionalistas, presentes, inclusive, na plataforma das eleições, tornando o lugar um centro de atração para as forças que tinham interesse nas decisões emanadas por seus associados. Ressalte-se, entretanto, que a *Revista* estava aberta essencialmente para a contribuição dos militares e pouco receptiva para outros temas que não o petróleo e as reservas minerais brasileiras.

A Campanha "O Petróleo é Nosso" pode ser vista também a partir da relação entre os oficiais militares e os comunistas brasileiros, viés até hoje pouco explorado. Isoladamente, tanto os militares quanto os militantes do Partido Comunista do Brasil foram temas de investigações que revelaram a importância da participação desses elementos no processo político do país durante o período que se estende do término do Estado Novo à crise política e institucional de Novembro de 1955. Entretanto, os compromissos assumidos por essas instituições, as forças

¹³ N. W. Sodré, *História Militar do Brasil*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p.309.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p.304-326; e R. Bielschowsky, *ob. cit.*, p.323.

¹⁵ Fundado em 1887 por militares republicanos e positivistas.

armadas e o PCB, face à questão da defesa da soberania nacional ainda estão a merecer melhor investigação. O nacionalismo evocado por ambas as instituições motivava seus quadros, de modo a se internalizar em suas práticas cotidianas, superando preceitos disciplinares, por vezes, no caso dos militares, ou dispositivos doutrinários no caso dos comunistas. A literatura e a historiografia dessa época em relação à luta pelo petróleo, ou ao estudo do comportamento das forças armadas ou ainda em face da trajetória do PCB na vida pública brasileira, não contém explicitamente uma análise dessa ação conjugada por militares e militantes comunistas¹⁶.

Por outro lado, muitos focavam sua atenção e críticas nas relações Brasil-Estados Unidos, cuja pauta foi imensa no período largo (isto é de 1945-64). No imediato pós-guerra os principais itens eram – o Plano Marshall e o abandono ao qual relegava a América Latina¹⁷, a reivindicação de tratamento especial em troca de alinhamento político irrestrito, e o crescente temor da deflagração de uma terceira guerra mundial, que poderia pegar a economia brasileira despreparada. No âmbito das negociações militares entre o Brasil e os Estados Unidos destacavam-se duas questões: a) O envio de tropas brasileiras à Coreia e b) o fornecimento de matérias primas estratégicas como o manganês, o urânio e as areias monazíticas. A corrente nacionalista de esquerda das forças armadas reagia fortemente a um alinhamento irrestrito com os Estados Unidos, em questões de segurança, sobretudo, porque não concordava com a participação do Brasil em guerras externas (tipo Guerra da Coreia) motivadas pelo interesse geopolítico restrito desse país, assim como não queria negociar nenhum recurso natural estratégico. Os editores da *Revista do Clube Militar* identificavam o controle dos recursos naturais e industrialização com independência, soberania e emancipação política nacional. Estava presente a idéia de que os Estados Unidos queriam manter o Brasil como eterno fornecedor de matérias primas. Isto quando os primeiros trabalhos sobre a deterioração dos termos de troca no comércio internacional começavam a aparecer¹⁸. Aqui também os nacionalistas viam a política dos Estados Unidos como a manifestação de um interesse imperialista clássico.

Embora o período 1948-52 possa ser considerado especial para o nacionalismo econômico, o apoio ao desenvolvimento econômico estava escorado também em outras forças: a) nos não-nacionalistas representados por Roberto Campos e Gustavo Gouveia de Bulhões (apesar deste ser mais neoliberal); b) num apoio discreto dos Estados Unidos, conforme Relatório da

¹⁶ Até porque os militares dificilmente, ainda hoje, admitem seu envolvimento como o Partido Comunista Brasileiro. O tema é abordado no livro de Paulo Ribeiro da Cunha, *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. São Paulo, Fapesp, Rio de Janeiro, Revan, 2002.

¹⁷ FIESP (org.) *Roberto Simonsen e a "Operação Pan-Americana"*, São Paulo, FIESP, 1958.

¹⁸ R. Prebisch, *The economic development of Latin America and some of its principal problems*. Santiago: CEPAL, 1949.

Missão Abbink, de 1949, (que tinha patrocínio comum dos governos do Brasil e dos Estados Unidos). A grande diferença entre os desenvolvimentistas nacionalistas e os não nacionalistas (civis) era, além da posição frente à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional, a defesa de uma política de estabilização monetária e restrição creditícia, consideradas compatíveis com o crescimento econômico. Ou seja, não era o planejamento econômico, nem a presença do Estado na economia que separavam as duas correntes, mas o papel do capital estrangeiro e a política monetária¹⁹.

O fato importante a destacar é que não havia total clareza nos limites entre as facções: nenhuma delas formava um bloco monolítico. Entre aqueles favoráveis a uma industrialização intensiva do país estavam incluídos os defensores do alinhamento com os Estados Unidos, lado a lado com os nacionalistas radicais ou moderados. Havia aqueles que pensavam ser a soberania e emancipação econômicas nacionais dependentes do controle dos recursos naturais e da promoção da industrialização e única forma definitiva de planejar a defesa nacional. E os que preferiam argumentar que a industrialização correspondia ao processo histórico fundamental de reestruturação da economia neocolonial brasileira (como o historiador e militar nacionalista Sodré Werneck Sodré). No centro, encontravam-se os nacionalistas moderados, defensores da industrialização “pesada”, da proteção dos recursos energéticos e das matérias primas estratégicas. A industrialização de base era necessária à soberania brasileira e consistia na “metalurgia de primeira fusão”, na “grande indústria química”, na “grande indústria mecânica”. Como se pode notar, essas indústrias eram o “carro-chefe” da chamada Segunda Revolução industrial ocorrida nos países desenvolvidos no último quartel do século XIX.

A política nacional evoluiu claramente numa guinada à direita nos anos 1951-1952 e seu reflexo sobre a situação política dentro das forças armadas não se fez esperar. Nessa conjuntura, os integrantes da esquerda militar foram perseguidos e estigmatizados no meio militar como “comunistas”, tendo suas carreiras truncadas devido às suas posições contra a Guerra da Coreia, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e a favor do monopólio estatal do petróleo. Esses acontecimentos demonstram que a oposição liberal de direita ao nacionalismo militar de esquerda já estava em franca ascensão e quanto mais força essa vertente ganhava mais o debate se tornava ideológico e mais os nacionalistas eram titulados de “radicais” ou de filo-comunistas. Mas a inclinação à direita da política nacional e seu reflexo no meio militar foram sustados pelo suicídio de Getúlio em 1954.

Essa inclinação também não impediu que no início do triênio 1953-55, isto é, no período imediatamente subsequente ao do auge do nacionalismo econômico, vários passos fundamentais

¹⁹ Para uma classificação minuciosa das diversas correntes e suas relações com a teoria do desenvolvimento econômico ver já citado livro de R. Bielschowsky.

da proposta de condução estatal do processo de desenvolvimento fossem finalmente dados: a produção siderúrgica crescia com vigor na CSN, a criação da Petrobrás já estava definida e estavam criados ou em formação vários fundos públicos (via impostos especiais) vinculados a investimentos em infra-estrutura. Criara-se, inclusive, o imposto único sobre consumo de energia e o Fundo Nacional de Eletrificação estava em vias de definição pelo Congresso. Além disso, criaram-se o Fundo de Reparcelamento Econômico e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A política cambial estava, no essencial, subordinada às necessidades de importação de equipamentos e matérias-primas industriais, cuja prioridade só era ultrapassada pelo trigo e petróleo.

O período 1956-60 foi marcado pelo surgimento de uma tentativa de elaboração de uma doutrina militar alternativa àquela da Escola Superior de Guerra, capaz de acabar com o isolamento dos nacionalistas de esquerda no meio militar. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão apoiado pelo Ministério da Educação, congregava intelectuais de vários matizes, como Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e o já mencionado militar da reserva e historiador Nelson Werneck Sodré. Este último, na aula inaugural do Instituto em 1959, definiu com clareza o entendimento que tinha sobre o papel do nacionalismo: “Por que o nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. (...) o nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, (...) O nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra”²⁰.

Entretanto, Quartim de Moraes observa com razão que o ISEB sendo uma instituição civil estava incapacitado de concorrer com os diferentes organismos e escolas militares pelos quais deviam obrigatoriamente passar os oficiais para ter acesso aos níveis superiores da carreira. Além disso, estava tão ligado à marca do governo Kubitschek que viu sua influência minguar

²⁰ N.W. Sodré, *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, ISEB, 1960, p.30, 31 e 33.

com o fim desse governo²¹. Assim, embora o ISEB tenha desempenhado um papel relevante no apoio ao desenvolvimentismo de JK dentro e fora do meio militar, sua capacidade de aglutinação foi efêmera.

Nos anos 1960, uma parcela dos nacionalistas militares (acompanhados dos socialistas) acrescentou à agenda econômica a campanha pelo controle da remessa de lucros acusada de ser a principal responsável pelas dificuldades na balança de pagamentos; e relacionaram as propostas de ortodoxia econômica do Fundo Monetário Internacional com o imperialismo, atribuindo às mesmas o caráter de oposição imperialista ao desenvolvimento industrial brasileiro. Neste sentido deram todo o apoio ao rompimento do governo Kubitschek com o FMI, mas os episódios de Aragarças e Jacareacanga chamaram a atenção para a fratura que começava a se aprofundar.

A crise do desenvolvimentismo veio, entre outras coisas, com a constatação de que a industrialização por si só não resolveria o problema do atraso e da pobreza. Em decorrência, houve uma progressiva radicalização da ação política durante o governo Goulart. A adesão dos militares nacionalistas às Reformas de Base (administrativa, bancária, fiscal e agrária) ao lado de outras forças nacionalistas como os comunistas, Brizolistas, etc. não representava uma guinada para o socialismo como muitos queriam fazer crer na época, porém a radicalização das manifestações no meio militar que colocavam em cheque a hierarquia (revolta de marinheiros e sargentos) deu uma conotação de alta periculosidade e subversão à conjuntura. As Reformas defendidas eram em parte institucionais e em parte econômicas. Na agenda de propostas distributivas, a Reforma Agrária era de longe a que suscitava maior reação e isolamento aos nacionalistas radicais. Como se pode avaliar muito bem hoje, a força do latifúndio e dos “grileiros” de terras devolutas era imensa. Mas como esperamos já ter deixado claro, seria errôneo acreditar que a fissura que se tornou visível em 1964 representasse ainda uma disputa em torno da necessidade do desenvolvimento. Esse debate estava totalmente superado pela discussão sobre qual a via do desenvolvimento, e a questão institucional, isto é, o caráter das reformas que deveria sofrer o Estado. Além disso, era indispensável discernir os parceiros no cenário internacional que se deveria privilegiar, uma vez que, como se sabe, a época era marcada pela intensificação da Guerra Fria e pelo enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética, como o episódio dos mísseis em Cuba confirma.

A volta ao regime liberal democrático em 1945 reintroduziu nas forças armadas as divisões políticas que haviam sido o objeto da preocupação do general Góes Monteiro e que sua reforma devia prevenir. O conflito aprofundou-se com o agravamento da crise política nacional,

²¹ J.Q. de Moraes, *Les militaires...*, ob.cit., p. 453.

até que em 1964 o grosso do oficialato aderiu à intervenção, certamente mais por preocupação com a sobrevivência da organização do que por concordância com os argumentos dos golpistas.

A contribuição prestada por Dreifuss ao entendimento do movimento de 1964 vai além da explicação para a fratura exposta na corporação militar. De longe, seu maior aporte vem principalmente de demonstrar que o golpe de 64 foi um movimento civil-militar.

Vejamos, portanto, como a fração liberal de direita das forças armadas se articulou com setores da sociedade civil para tomar o Governo e reformar o Estado à sua maneira.

A construção de um novo consenso civil e militar

No número de fevereiro de 1953 da Revista do Clube Militar a concepção que viria a ser a doutrina oficial do regime militar, principalmente através dos escritos do general Golbery do Couto e Silva, já aparecia com todas as letras. O articulista, major Luis Felipe de Azambuja defendia a idéia de que as forças armadas eram os instrumentos de execução da Segurança Nacional e deviam agir como o poder moderador da República. Por serem os fiadores da ordem estabelecida não podiam se manter à parte da evolução política nacional, nem podiam se limitar à caserna. Fazia, portanto, a apologia da intervenção militar que de resto podia ser defendida com base no artigo 176 da Constituição de 1946 que colocava as forças armadas sob a autoridade do Presidente da República “dentro dos limites da lei”, atribuindo aos chefes militares a possibilidade de apreciar o caráter constitucional e legal dos atos do chefe do Executivo²². A questão que se colocava para os adeptos dessa corrente era como conseguir apoio para uma agenda de reformas econômicas e institucionais com um conteúdo adequado ao alinhamento com os Estados Unidos e à “modernização conservadora”, isto é, acatava-se a necessidade de mudanças, mas sem a participação popular.

Este projeto de inserção das forças armadas na vida política e econômica já vinha se estruturando havia algum tempo, dentro e fora das forças armadas, como demonstra de modo inequívoco René Dreifuss, ao descrever a longa preparação ideológica e a arregimentação de oficiais militares para a elaboração de uma outra agenda, distinta daquela dos militares nacionalistas.

Ainda sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, um pequeno grupo de oficiais dentro das forças armadas foi se organizando no sentido de apoiar a modernização, mas guardando os valores conservadores que acreditavam os militares nacionalistas queriam subverter. Muitos integrantes desse grupo possuíam em comum uma experiência ideológica e militar forjada

²² Major Luis Felipe Azambuja, Revista do Clube Militar, nº124, fevereiro de 1953.

durante a campanha da Itália, experiência que mais tarde foi reforçada pela participação em cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos. Essa experiência comum estendeu-se através da afiliação posterior daqueles oficiais a certos partidos políticos (Partido Democrata Cristão e principalmente a União Democrática Nacional), assim como pela sua organização num reduto político e ideológico, a Escola Superior de Guerra da qual eram fundadores²³.

Esses oficiais militares possuíam um alto grau de congruência ideológica com certos empresários que frequentemente participavam como conferencistas na ESG, onde expunham suas idéias desenvolvimentistas: Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugenio Gudín e Otávio Bulhões, e outros. O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista.

Entretanto, não era só a questão da congruência de valores que ligava as posições dos empresários às de alguns oficiais militares. É importante notar que já em meados da década de 50, e mais ainda em princípios da década de 60, a participação militar na empresa privada era uma realidade, embora esse fenômeno não fosse tão difundido quanto a sua participação em organismos burocráticos estatais ou sua presença nos conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associadas após 1964.

Para esses grupos a necessidade do planejamento estatal para direcionar o desenvolvimento econômico já era matéria indiscutível. O objetivo de introduzir os conceitos modernos do planejamento indicativo e da racionalidade capitalista foi até certo ponto atingido, de 1951 a 1953, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (estabelecida em dezembro de 1949), cujas recomendações e projetos foram publicados em 17 volumes em 1953-1954. Fazia parte da comissão que redigiu o relatório o Coronel Mario Poppe de Figueiredo, da Escola Superior de Guerra. Fora seguindo as recomendações da Comissão mista, que se estabelecera uma série de agências e órgãos públicos, entre os quais o já mencionado BNDE. Os beneficiários dessa ajuda financeira foram em sua maioria, companhias multinacionais, para cujo estabelecimento no Brasil o Banco providenciava o apoio financeiro. O primeiro diretor econômico do BNDE foi Roberto Campos²⁴.

Desde a elaboração do Plano de Metas (governo Kubitschek), onde os interesses multinacionais se refletiam, a intervenção estatal era vista como uma necessidade do desenvolvimento nacional. Mas os interesses de classe eram envoltos e disfarçados de racionalidade técnica, eficiência e perícia (atributos considerados “neutros”), e legitimados por grupos executivos e pelos escritórios de consultoria. Desse modo, oficiais militares adeptos do

²³ 1964: *A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 1981, p.78.

²⁴ Idem, *Ibidem*, p.75..

desenvolvimento, nacionalistas até certo ponto e cômicos da necessidade de modernizar o Estado brasileiro, mas ao mesmo tempo avessos à participação popular e à hostilidade em relação aos Estados Unidos foram cooptados para participar de comissões de planejamento e corpos administrativos recém criados. Ao mesmo tempo, a incorporação desses elementos legitimava através da chancela da eficiência, patriotismo, honradez, “neutralidade técnica” e, sobretudo, da ideologia da “segurança nacional” os interesses transnacionais.

A aproximação ideológica entre militares brasileiros e empresários se expressou, por exemplo, no acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos. O objetivo acordado era encorajar a eliminação de barreiras e proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros e desencorajar na medida do possível a prática de monopólio e de cartelização. Naturalmente, a “prática de monopólio e de cartelização” visava atacar o controle estatal de recursos estratégicos (o monopólio estatal do petróleo, por exemplo) e não a ação oligopolista do capital internacional. Por outro lado, foi implementado um programa de intensa colaboração militar com os Estados Unidos e levas de oficiais brasileiros estagiaram nos organismos de treinamento estadunidenses, além disso, outros acordos como o Programa de Assistência Militar (PAM) e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua também foram assinados²⁵. Aos defensores dessas duas espécies de acordos os nacionalistas chamavam pejorativamente de “entreguistas”.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado em fins da década de 1950, com o propósito declarado de defender a democracia dos ataques que vinha sofrendo por parte dos nacionalistas, sindicalistas, comunistas e, em última instância pelo próprio governo no qual os empresários e militares de direita não confiavam. Havia uma estreita vinculação entre o IBAD e a ESG, assim como com o CONCLAP (Conselho das Classes Produtoras), criado em 1955. O objetivo verdadeiro do IBAD, conforme demonstra Dreifuss era promover o ativismo político e moldar a opinião pública no intuito de defender uma via de industrialização mais condizente com os interesses multinacionais. Garantir o alinhamento do país com os interesses hemisféricos americanos era outro objetivo seu e graças a isso um dos seus canais de ação, a ADEP, era patrocinada pela CIA. Em 1962, o conjunto de opositores ao governo Goulart recebeu mais um reforço, a criação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). A interpenetração de todos esses organismos entre si e destes com os empresários multinacionais e associados e escritórios técnicos de consultoria (como a CONSULTEC) configurava uma aglutinação política de classe com uma coesão raramente vista na nossa história²⁶.

²⁵ Idem, p.79.

²⁶ Idem, pp. 102, 103 e 104.

Um cuidado todo especial era dedicado à formação da opinião pública. O órgão criado para essa finalidade tinha por objetivo: “desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das forças armadas, assim como a formação de favoráveis clivagens políticas e apoio ativo dentre o amplo público das classes médias...”²⁷

Seria despropositado retomar aqui todas as ricas informações que Dreifuss nos fornece dessa rede que se teceu no início dos anos sessenta, cujo objetivo manifesto era elaborar propostas alternativas para todas as reformas e atrair especialistas e técnicos de todas as áreas do saber para o seu campo de ação. Mas pode ser útil fazer referência a um exemplo de proposta alternativa: a da questão agrária.

Com a vitória da Revolução cubana em 1959, a influência política dos EUA sobre a América Latina sofreu um abalo sensível e levou, em 1961, a administração Kennedy a lançar um programa político-econômico para os 10 anos seguintes: a *Aliança para o Progresso*, um claro reflexo da preocupação imposta pela recente experiência comunista na América. O programa da Aliança para o Progresso se baseou, em grande medida, nos programas da doutrina Truman e do Plano Marshall, adaptados para a América Latina²⁸. Um dos pontos fortes do programa da Aliança era a reforma agrária. Todos os governos latino-americanos foram estimulados a elaborarem projetos de reforma agrária sob pena de não receberem a ajuda prevista no programa. O IPES e o IBAD se dedicaram ao tema, para propor algo distinto da reforma agrária propugnada pelos integrantes da Liga Camponesa ou pelos órgãos do governo Goulart. A reforma deveria ser desenhada por especialistas e encetada após a tomada do poder pelas forças liberais no plano econômico, pró-americanas no plano das relações externas e “anti-populistas” no plano sócio-político. Fizeram parte do grupo de estudos sobre a reforma agrária José Arthur Rios, Paulo de Assis Ribeiro, e José Rubem Fonseca, entre outros.

O tipo de reforma agrária visada aparece descrito na “Carta de Pato Branco”, reunião de lavradores e pecuaristas com líderes da Cruzada Democrática do Estado do Paraná e do IPES. Ela deveria ser entendida “não como simples distribuição, redistribuição ou subdivisão da propriedade, mas como um conjunto de medidas que, harmoniosamente articuladas com as de outras reformas de base, visem à criação de uma classe média rural e à garantia do uso adequado da terra; melhoria da renda per capita e do aumento do poder aquisitivo da população rural; da melhoria das relações entre a agricultura e a indústria; da maior justiça nas relações de trabalho agrícola e na remuneração desse trabalho através de leis específicas de seguridade social; do

²⁷ Idem, p. 193.

²⁸ A. Pollini Jr., *A Aliança para o Progresso versus o Consenso de Washington: recomendações dos organismos econômicos internacionais*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp, 1999.

desenvolvimento da sindicalização rural; do aperfeiçoamento dos métodos de tributação da terra e dos sistemas de crédito agrícola; da expansão das organizações cooperativas; e da ampliação da assistência educacional e sanitária das áreas rurais”²⁹.

O caráter moderado e reformista desse documento aliado à participação dos golpistas na reunião que o gerou mostra como, por um lado procurava-se retirar do governo toda legitimidade para realizar as reformas e conspirava-se para derrubá-lo, mas, por outro a bandeira da reforma modernizante era empunhada. Como se sabe o grande empecilho para a realização da reforma agrária era o dispositivo constitucional que obrigava a indenização prévia em dinheiro para a desapropriação das terras improdutivas e o Congresso Nacional relutava em removê-lo, porém logo após o golpe de 64 a Constituição foi emendada para permitir a aprovação do Estatuto da Terra³⁰.

A articulação de tantos atores e facções tão diversas como o grupo de “linha dura” da ESG, os extremistas de direita e os “tradicionalistas” conscientizados de seus interesses comuns pelos ativistas do IPES e do IBAD, foi conseguida, ao que parece, sem que os diferentes grupos participantes compreendessem plenamente as implicações nacionais mais amplas e o total significado político e econômico dos acontecimentos de que participariam³¹.

Do seu lado, no final do ano de 1962, o governo Goulart tentou colocar em prática o *Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social, 1963-65*, elaborado por Celso Furtado cujos objetivos já foram objeto de análise, chegando-se à conclusão de que ele “caracterizava-se por diagnóstico bastante ortodoxo da aceleração inflacionária no Brasil, enfatizando o excesso de demanda via gasto público como sua causa mais importante. O receituário proposto, embora gradualista – em vista, entre outras razões, dos níveis inéditos alcançados pela taxa inflacionária -, era semelhante ao de outros programas de estabilização adotados no passado: correção de preços defasados, redução do déficit público e controle da expansão creditícia no setor privado”³².

Existe controvérsia na avaliação das causas da recessão que se seguiu. Para alguns havia uma relação causal entre o programa de estabilização do Plano Trienal e o início da recessão, para outros, esta era devida a razões de natureza estrutural e tendências de longo prazo da industrialização brasileira. Mas não é o caso de aprofundar a polêmica aqui. O que interessa

²⁹ R. Dreifuss, ob. cit., Anexo M.

³⁰ Para uma avaliação crítica do Estatuto da Terra ver J. G. da Silva, *Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*, Rio de Janeiro Zahar, 1971 e L. Osório Silva, “As leis agrárias e o latifúndio improdutivo” in *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação Seade, Volume 11, nº2, Abr/Jun 1977, pp.15-25.

³¹ R. Dreifuss, ob. cit., p.397.

³² M. Paiva Abreu, “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964” in M. P. Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, ed. Campus, 1989, p. 206.

registrar é que além de não conseguir dar início às reformas (por obstáculos de natureza política) o governo e as forças nacionalistas que o apoiavam se viram às voltas com uma crise econômica agravada ainda mais pela ação intencionalmente agressiva das classes produtoras para deslegitimar o governo.

O último capítulo antes da queda foi o comício de 13 de março, na Central do Brasil, quando Jango anunciou a encampação das refinarias particulares e a desapropriação das terras ladeando os eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União. As forças golpistas plenamente organizadas ganharam a adesão das camadas médias que foram manifestar nas ruas seu descontentamento e o “esquema militar” de Goulart desmoronou tão rapidamente a ponto de surpreender os próprios golpistas. Em 36 horas o movimento contava com o apoio da totalidade dos comandos militares³³.

Os anos que decorreram entre a redemocratização de 1945 e o golpe de 1964 contêm preciosos ensinamentos sobre a vida republicana, as forças armadas, a luta ideológica e o processo de industrialização nos países atrasados. Conquanto essa quadra da vida nacional apresente aspectos contraditórios, erráticos e até aleatórios no cômputo geral o embate se deu em torno de distintas estratégias de desenvolvimento. Embora no movimento de 64, as forças armadas apareçam como um elemento fundamental no assalto final ao regime, - após a construção de um novo consenso dentro da corporação que isolou os nacionalistas e neutralizou o esquema militar do governo Goulart -, a participação dos empresários, banqueiros, financistas e do capital estrangeiro foi fundamental. E, sem dúvida, os aparelhos político-ideológicos, o IBAD e o IPES foram indispensáveis para que se preparasse uma estratégia distinta de desenvolvimento e o apoio a ela (e à conspiração) fosse preparado na imprensa³⁴, nas igrejas, no Congresso, na burocracia, nas associações civis, etc. Outro mérito não tivesse (e sem dúvida tem), o livro de René Dreifuss, ao descrever e interpretar de modo preciso e documentado esses acontecimentos, tornou-se uma referência necessária ao entendimento da história recente da sociedade brasileira.

Intervenções militares e estratégias de desenvolvimento

O golpe de 1964 derrubou na prática a sustentação de qualquer teoria atribuindo o papel de poder moderador às forças armadas. Teoria que é muito mais uma doutrina dos próprios

³³ Esse fato notório desmancha qualquer evidência de que os dois lados em luta em 1964 eram “golpistas”. O propalado “esquema militar” de Jango não estava preparado nem para defender os poderes constituídos, como era sua obrigação, quanto mais para ampliar os poderes do infausto presidente.

³⁴ Sobre o apoio praticamente unânime da imprensa brasileira ao movimento ver a *Revista do Clube Militar. Homenagem a 31 de março de 1964*. Ano LXXIV, n.381, março de 2001. O número reproduz as manchetes, editoriais e artigos dos principais jornais brasileiros incitando ao golpe, apoiando o movimento, etc.

militares ou uma “política laudatória” conforme observaram seus críticos. Uma avaliação criteriosa dessa doutrina confirma que, mais do que uma terapia adequada às insuficiências da democracia representativa no país, as intervenções militares foram uma tentativa de continuar a política por outros meios e contribuíram, no mais das vezes, a exacerbar e não a moderar os antagonismos sociais³⁵. E a noção de poder moderador aplicada ao papel das forças armadas foi fonte de “ambigüidade, oportunismo e instabilidade”³⁶.

Nos anos oitenta, após o ciclo da ditadura militar e durante o processo de democratização da sociedade e, principalmente no momento da definição do papel constitucional das forças armadas na Constituinte, surgiram diversas teses sobre o que se deveria inscrever na nova Constituição. Para alguns analistas, a única maneira de evitar as intervenções militares era insistir na neutralidade política da corporação, condição para evitar a repetição dos conflitos políticos sérios que rasgaram o aparelho militar no passado e acabaram levando ao regime de 64. Para outros, a favor da politização, a penetração nas forças armadas dos conflitos ideológicos e políticos da sociedade seriam uma forma de neutralizar as tendências antidemocráticas latentes na instituição, porque assim elas se tornariam mais sensíveis aos problemas sociais do país ou porque a divisão evitaria a intervenção, já que esta pressupõe um mínimo de unidade e coesão.

Portanto, o papel tutelar das forças armadas, e as intervenções militares acontecidas entre 45-64, culminando na institucionalização da ditadura militar no pós-64 teriam decorrido ou do excesso ou da falta de politização das forças armadas e poderiam se resolver pela ausência ou pelo incremento de *parti pris* político-ideológico.

Na realidade a tradição intervencionista das forças armadas derivou de fatores institucionais cujas raízes estão nas reformas dos anos trinta, a saber, a doutrina de segurança nacional e o corporativismo militar. Posicionar as forças armadas acima da sociedade e dos governos legitimamente constituídos, deixar a seu cargo definir o conteúdo da “segurança nacional”, atribuir ao exército, à marinha e à aeronáutica o poder de decidir da legalidade ou não dos atos dos governos eleitos pelo voto dos cidadãos, resultou no passado na prática dos golpes e contragolpes militares. A subordinação à soberania popular, o que na prática significa o respeito à Constituição e aos ditames políticos dos governos legitimamente eleitos constitui a única inserção aceitável das forças armadas na sociedade e na política.

Nessa linha de raciocínio, como alguns analistas avaliaram na época, a mudança do texto constitucional era insuficiente para mudar o comportamento tradicional e corporativo das forças

³⁵ J. Q. de Moraes, “Alfred Stepan e o mito do poder moderador”, in *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*, Coleção Trajetórias n.7, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, pp.57-110.

³⁶ E. C. Coelho, “A Constituinte e o papel das Forças Armadas” in *Política e Estratégia*, volume III, nº3, julho /set 1985, p.372.

armadas, mas algumas precauções eram cabíveis para que a doutrina do caráter *moderador* do intervencionismo militar, desgastada em razão da ditadura militar, fosse aposentada de vez. A tarefa não era simples, entretanto, dada a presença de forças liberais conservadoras na ampla aliança que restabeleceu a eleição direta, além é claro, do poder de pressão que ainda possuía a corporação. Para garantir o afastamento da corporação do papel de polícia interna devia-se suprimir das atribuições constitucionais das forças armadas a responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem, uma vez que da função de garantidor da lei e da ordem os militares derivavam sua obediência limitada à lei. A “obediência dentro dos limites da lei”, introduzida por Rui Barbosa em 1891 para refrear o Executivo, acabou servindo de justificação para o intervencionismo, pois dava aos militares o poder de julgar da legalidade das ações governamentais.

Restava, por outro lado, definir o papel que efetivamente deveria ser atribuído aos militares, além da sua função tradicional de defender o país das ameaças externas ao seu território e à sua soberania. Para os pesquisadores Alexandre Barros e Edmundo Campos Coelho, já que a probabilidade de fazermos guerras externas é remota, as forças armadas sofrem de um “desemprego estrutural” que problematiza sua limitação às atividades exclusivamente profissionais. Nesse sentido, a doutrina da segurança nacional, a ênfase no inimigo interno e a ameaça da chamada “guerra revolucionária” constituíram um modo não democrático de sublimar esse “desemprego estrutural”, mas constituem um recurso incompatível com uma sociedade e um Estado que se querem democráticos.

Murilo de Carvalho percebe na evolução recente da sociedade brasileira o surgimento de formas novas de sair desse aparente impasse. “A modernização capitalista alcançou níveis muito mais profundos em comparação com 1945, ou mesmo com 1964. Diversificou-se o parque industrial, ampliou-se a indústria de base, criou-se uma indústria de bens de capital, cresceu a presença do país no mercado de exportação de bens industrializados, avançou muito a pesquisa tecnológica. Tais mudanças abriram espaço para abrigar, como em parte já abrigam, amplos setores das forças armadas dando-lhes uma atividade que as vincula solidamente à sociedade e lhes permite ao mesmo tempo exercer o papel de agentes de defesa da soberania nacional e não de guardas milicianos da ordem”³⁷. Para o autor, a inserção da Aeronáutica e da Marinha na indústria bélica já configuraria uma opção viável e compatível com a nova fase; seria desejável direcionar o Exército para a indústria bélica e a produção de tecnologia.

Faltou ressaltar que parte desse desenvolvimento sócio-econômico foi resultado das lutas dos militares nacionalistas do passado que o golpe militar, por um lado obnubilou e por outro, na

³⁷ J. M. de Carvalho, “Os militares e a Constituinte” in *Presença*, .8, agosto de 1986, p.38-44.

prática preservou. Além disso, também é preciso notar que as forças armadas se direcionaram para as novas tecnologias desde os anos 1950, quando oficiais das três armas, mas, sobretudo, do Exército, estiveram envolvidos na instalação da indústria automotiva (a Fábrica Nacional de Motores), a implantação do parque siderúrgico (Volta Redonda), nas atividades relacionadas à indústria química e à exploração do petróleo, etc. Não parece, portanto, difícil que com verbas e programas específicos os militares possam se tornar dinâmicos nas áreas de pesquisas ligadas às atividades militares de ponta hoje: biotecnologia, materiais compostos, *lasers* e informática³⁸. Não parece residir aí a dificuldade.

O problema maior é que a tradição corporativa e a doutrina de segurança nacional não desapareceram completamente do dia a dia da corporação. O próprio texto constitucional que foi aprovado representou uma conciliação entre a posição dos críticos das intervenções militares e aqueles que continuam a acreditar que existem “boas” intervenções militares. O artigo 142 da Constituição de 1988 dispõe que: *As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.*

Como se vê não foi possível retirar completamente a “garantia da lei e da ordem” das suas atribuições e isso deixou a porta aberta à utilização das forças armadas para dirimir conflitos sociais. E isso efetivamente ocorre na atualidade, como comprova o decreto n. 5.261 de 3 de novembro de 2004, no seu artigo primeiro que dispõe que:

A 11ª Brigada de Infantaria Blindada, com sede na cidade de Campinas-SP, fica transformada em 11ª Brigada de Infantaria Leve – Garantia da Lei e da Ordem, permanecendo subordinada à 2ª Divisão de Exército.

Esse dispositivo pretende que se use o Exército para reprimir movimentos sociais urbanos considerados “radicais”. A discussão sobre o papel reservado às forças armadas na sociedade brasileira no caminho da democracia está longe, portanto, de ter se encerrado.

Por outro lado, se a agenda econômica nacional desenvolvimentista é hoje considerada ultrapassada, tendo sido substituída pela obediência às metas e prioridades estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio, e embora a discussão sobre as estratégias de desenvolvimento tenha arrefecido nos últimos anos, os problemas brasileiros que estavam na agenda do ISEB nos anos 50 não desapareceram. Entretanto, as propostas de reforma que surgem no cenário nacional estão postas em termos de

³⁸ Sobre a relação entre militares e informática ver Domício Proença Jr., “Informática e Indústria Bélica”, in *Política e Estratégia*, vol.III. N.3, jul-set 1985, p.481-494.

produtividade, competitividade, lucratividade e racionalidade. A reforma do Estado pretende tornar o país mais competitivo nos mercados mundiais e mais atraente para os capitais internacionais. Enquanto cidadãos e em face da reformulação da sua inserção na sociedade os militares serão levados a participar das discussões que pautarão os próximos anos. A questão é saber como se traduzirão em *termos do debate atual* as preocupações expressas no passado com o crescimento econômico e a soberania nacional.